SUMÁRIO

INTRODUÇÃO

DIÁLOGO COM UM PRIMATÓLOGO 1

CAPÍTULO I

DOS HOMENS E DOS SERES QUE SÃO 99% HUMANOS 11

1.1 Vozes da floresta 12

1.2 Pés no chão? 21

1.3 Do inexplicável abismo que separa o homem dos outros grandes primatas 27

1.4 O homem no espelho: a *ratio essendi* da personalização 35

1.5 Um *case* de direito natural 53

CAPÍTULO II

ERA UMA VEZ UM MITO ANTROPOCÊNTRICO 65

2.1 Do substrato filosófico sobre o qual se ergueu o Código Civil 65

2.2 Senhor dos mundos? 66

2.3 Antropocentrismo *versus* biocentrismo 70

2.4 Da supremacia à continuidade 72

2.4.1 Pensamento estóico e pré-cristão 78

2.4.2 Filosofia escolástica e cristianismo 79

2.4.3 Filosofia moderna 81

2.4.4 Doutrinas científicas e novas descobertas biológicas 87

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.5 Lucy, Eva e Washoe 92

2.6 Teleologia *versus* acaso 100

2.7 *Natura non facit saltum* 105

2.8 Gould e o fim da fila evolutiva 108

2.9 Da lei iluminista à lei darwiniana 110

2.10 Velhos paradigmas e novos paradoxos 114

CAPÍTULO III

SERES HUMANOS E ANIMAIS NO ÂMBITO DO DIREITO CIVIL 115

3.1 Mesas, cadeiras e gorilas 118

3.2 A primeira restrição: da proibição da ocupação à afetação do Estado 122

3.3 Função social da propriedade sobre o animal: a proteção contra o extermínio e os maus-tratos 127

3.4 *Equitable self-ownership*: a gradativa concepção de um terceiro gênero 139

3.5 O § 90-A do Código Civil alemão: inovação surpreendente ou modificação cosmética? 144

3.6 Evolução ou revolução? O *status* jurídico dos animais no atual direito civil europeu 149

3.7 Entre escravos e embriões 154

3.8 A luta pelo direito... dos animais! 156

3.9 *Jus animalium*, de Justiniano a Salt 163

3.10 Sobre o *status* jurídico dos mais humanos entre os não-humanos 165

CAPÍTULO IV

DIREITOS PARA ALÉM DA HUMANIDADE 171

4.1 Expansionismo crescente 171

4.2 Do sofrimento à proteção 174

4.3 Dignidade, moralidade e igualdade? Da Revolução Francesa à Revolução dos Bichos 178

4.4 Dignidade além da humanidade 186

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

4.4.1 O antropocentrismo e o fator X 187
4.4.2 O acaso e a continuidade biológica: desilusões antropocêntricas 194
4.5 Moralidade além da humanidade 200
4.5.1 Altruísmo biológico e *moral concern* 203
4.5.2 Sentimentos, percepções e emoções nos animais: sinais de moralidade 209
4.5.3 O *status* moral dos animais, na visão contratualista de John Rawls 213
4.5.4 Homem imoral ou animais morais? 219
4.5.5 O altruísmo recíproco dos grandes primatas 225
4.6 Igualdade substancial? A história da queda de um pedestal 227
4.6.1 "Nossa família animal" 227
4.6.2 A história de *Oliver*: uma ode às desigualdades 231
4.6.3 O Rubicão dos direitos 238
4.7 As teorias que explicam os direitos dos animais 239
4.7.1 *Subject-of-a-life theory* 240
4.7.2 *Minimal notion of personhood theory* 242
4.7.3 *Practical autonomy theory* 246
4.8 Direito embrionário? 250
4.9 Quem? O problema de saber quais os não-humanos aptos ao *status* de sujeito de direito 255

CAPÍTULO V

HOMINÓIDES, HOMINÍDEOS OU HUMANÓIDES? 259
5.1 *Sibling species* 262
5.2 Parentesco inegável 266
5.3 O homem como primata 267
5.4 Teorias da proximidade 272
5.5 Somos *Pan* ou eles são *Homo*? 284
5.6 "O macaco que se fez homem" 290

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

5.6.1 O álbum de família: das espantosas similaridades morfológicas e anatômicas entre os grandes primatas (... inclusive o homem) 294

5.6.2 Fogo de orangotango, machado de chimpanzé e receita de gorila: nossas similaridades socioculturais 305

5.7 Personalidades e indivíduos 316

5.8 Ecos de um direito subjetivo para os grandes primatas 319

CAPÍTULO VI

OS DIREITOS SUBJETIVOS DOS GRANDES PRIMATAS 323

6.1 Um paralelo entre os índios não aculturados e os grandes primatas não-humanos 324

6.2 Como tornar a tese dos direitos subjetivos dos grandes primatas senão irrefutável, pelo menos mais convincente 326

6.3 Os direitos e seus fundamentos 330

6.4 Os vários caminhos para o reconhecimento dos direitos subjetivos dos grandes primatas não-humanos 338

6.4.1 A premissa maior: conceito de direito subjetivo 338

6.4.2 Direitos sem sujeitos 339

6.4.3 Ficção jurídica: uma ideia positivista 342

6.4.4 Da preexistência ou certa independência do direito subjetivo em relação ao direito objetivo 346

6.4.5 Da interpretação sistemática à inaplicabilidade do artigo 82 do Código Civil aos grandes primatas 352

6.4.6 A interpretação histórico-evolutiva do artigo 1º do Código Civil 356

6.4.7 Da ampla acepção de "pessoa" 357

6.4.8 Da incompletude ou vagueza do artigo 1º do Código Civil e a consequente aplicação da equidade e/ou analogia para fins de estabelecer a personalidade jurídica dos grandes primatas não-humanos 361

6.4.9 Sujeitos como destinatários da norma jurídica 364

6.5 A construção de uma teoria da personalidade jurídica mínima (ou animal) 373

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

6.5.1 Os alicerces da teoria 373
6.5.2 Teoria da vontade *v.* teoria do interesse..... 374
6.5.3 O inexorável reconhecimento dos direitos subjetivos do "ser" 381
6.5.4 A personalidade jurídica animal ou mínima..... 386
6.5.5 Necessária equiparação aos incapazes 388
6.5.6 Os direitos dos outros não-humanos 388
6.6 Fim das pesquisas e dos zoológicos? 390

CAPÍTULO VII

ENTRE DEUSES E SÍMIOS..... 395
7.1 Quase-humanos..... 400
7.2 Conclusão 406

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 409

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br